

ENTREVISTA

LUIZA HELENA DE BAIRROS

Ministra-chefe da Secretaria de Políticas
de Promoção da Igualdade Racial



Foto: Enedina Prates

MPMG - Apesar das muitas ocorrências de racismo, é fala corrente que não existe racismo no Brasil. Quais os maiores obstáculos que impedem a superação das práticas racistas em nossa sociedade?

Eu acho que, no Brasil, cada vez mais, as pessoas estão convencidas de que o racismo é um fenômeno presente nas nossas relações sociais e, mais do que isso, de que é preciso fazer alguma coisa pra prevenir a ocorrência do racismo. Parece que hoje, no Brasil, a disputa maior se dá é num outro nível. É de determinar o que nós, enquanto sociedade, enquanto Estado brasileiro, devemos fazer para combater os efeitos do racismo. É essa que me parece que é a grande controvérsia. Ninguém mais se pergunta se racismo existe ou não. As pessoas se perguntam: como nós vamos responder ao que ele causa de privilégio na vida das pessoas brancas, de uma maneira geral, e de desvantagem na vida das pessoas negras?

MPMG - Pontos de uma agenda pró-igualdade racial têm sido incorporados por alguns setores governamentais. Como a senhora avalia a parceria da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR com o MPMG e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA?

Essa parceria entre a SEPPIR e o Ministério Público de Minas Gerais e o IPEA, ela vai na direção do fortalecimento do sistema nacional de promoção da igualdade racial. O SINAPIR foi instituído pelo Estatuto da Igualdade Racial e foi regulamentado já desde o ano passado, exatamente para que nós possamos estabelecer quais são as competências das três esferas de governo, federal, estadual e municipal, na implementação das políticas de igualdade racial no Brasil. A ajuda que o Ministério Público pode dar no sentido de fazer com que, no Estado de Minas Gerais, os municípios com mais de cem mil habitantes construam os seus órgãos de promoção da igualdade racial, construam os seus conselhos, com participação da sociedade civil, isso, sem dúvida alguma, vai contribuir para que nós possamos levar as políticas de igualdade racial até as pessoas negras, no lugar onde elas moram.

MPMG - A senhora considera que a mulher negra continua a ser o segmento social mais prejudicado com a permanência de uma visão racista e machista em nossa sociedade? Como alterar esta situação?

As mulheres negras, elas têm um lugar dentro do quadro de discriminações que acontecem na sociedade brasileira, que é o lugar de maior desvantagem. E a gente diz isso porque, na verdade, o que cada mulher negra sofre é o resultado combinado de várias discriminações que se compõem pra produzir uma hierarquia na sociedade onde o homem branco está no topo, seguido pela mulher branca, depois o homem negro e a mulher negra. Apesar da existência dessa hierarquia bastante rígida que se mantém no Brasil já ao longo de muitos e muitos anos, também é verdadeiro que as mulheres negras constituem o setor da sociedade brasileira que melhor soube aproveitar todas as oportunidades que se abriram no Brasil nos últimos anos, e isso é particularmente evidente no caso da educação, as mulheres negras detêm os níveis de escolaridades mais altos dentro da população negra; também são as mulheres negras que acorrem em maiores números para ter acesso ao ensino superior no Brasil, então, ao mesmo tempo em que essa discriminação existe, existe também um processo de resposta e de resistência das mulheres negras no sentido de contrapor essas imagens negativas que as cercam e de participar da sociedade numa outra qualidade, numa outra dimensão, que leva em conta o empoderamento não só social e econômico, mas principalmente o empoderamento político.

“
Ninguém mais se
pergunta se racismo
existe ou não.
As pessoas se
perguntam: como nós
vamos responder ao
que ele causa?”

Entrevista concedida durante o *Seminário Políticas de promoção da igualdade racial: avanços e desafios*, que ocorreu na sede da Associação Mineira do Ministério Público (AMMP), em 7 de agosto de 2014, e foi promovido pelo Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos (CAODH) do MPMG, em parceria com a AMMP, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (Sepir).